

**O CARIBE INSULAR E O HAITI - UMA RADIOGRAFIA DA HISTÓRIA
ACADÊMICA NO BRASIL (2010-2020).**

Loudmia Amicia Pierre Louis
Orientador: Prof. Dr. Hernán Venegas Marcelo

Resumo

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) faz uma radiografia dos estudos históricos acadêmicos relacionados ao Caribe insular e especificamente ao Haiti, no Brasil durante a última década. Nos interessamos em analisar se durante essa década houve um aumento ou uma maior consistência dos estudos sobre o Haiti e o Caribe insular, nas universidades públicas brasileiras, considerando o maior fluxo migratório de haitianos/caribenhos no Brasil a partir dos anos de 2010. Parte-se do pressuposto de que tanto o Caribe insular como o Haiti não têm sido um tema recorrente de estudo na historiografia brasileira, e quando estudado aparece estereotipado e exotizado e os temas de estudo são os mais tradicionais. Assim, o seguinte trabalho propõe algumas reflexões referentes à tradição sobre os estudos históricos na academia brasileira acerca desses temas. Para tanto, a partir da análise documental, a pesquisa problematiza os discursos difundidos no espaço acadêmico acerca do Haiti e do Caribe insular. Espera-se que os resultados finais possam aprofundar a reflexão sobre uma história acadêmica no Brasil relacionada ao Haiti e, por extensão, ao Caribe insular. Consequentemente, espera-se que a leitura deste trabalho desperte o interesse pela história e cultura de países caribenhos.

Palavras-chave: Estudos históricos; História acadêmica; Haiti, Caribe insular, Brasil.

1. Introdução

Esse TCC de Especialização em Ensino de História e América Latina surgiu a partir de um interesse tanto acadêmico como afetivo de estudar o Caribe de forma geral e o Haiti em particular. Pois, como haitiana imigrante no Brasil, a intenção é buscar produzir um saber empírico sobre o Haiti e a região à qual pertence, mas também pela pesquisa tentar encurtar os cerca de 4 mil km de distância que separam os dois países. Por sinal, essa distância não é somente geográfica, mas também histórica e cultural. Estudar numa universidade como a UNILA desde a graduação foi muito instigante para pensar qual o lugar do Haiti na América Latina; qual lugar do Haiti e do Caribe na produção historiográfica no Brasil.

Nesse sentido o presente trabalho se destaca ao se colocar entre os poucos que problematiza fundamentalmente, desde uma história acadêmica, esta região. Decidimos

pesquisar desde a história acadêmica por entender que constitui o conhecimento histórico fundamentado na ciência moderna e ratificado pela Universidade, instituição que se assenta como centro de produção, de debate e de inovação do conhecimento histórico (KNAUSS, 2019).

O presente artigo propõe um inventário crítico dos estudos históricos brasileiros relacionados ao Haiti e ao Caribe insular entre 2010 e 2020. Esse recorte temporal foi definido levando em conta a crescente imigração haitiana no Brasil a partir da década de 2010¹. Se desde 1915, - ano da ocupação militar estadunidense no Haiti² - países como Cuba, República Dominicana, os Estados Unidos, Canadá e França constituíram os mais cobiçados destinos dos imigrantes haitianos, na última década a geografia da migração haitiana passou a incorporar outros destinos (JESUS, 2020).

Como apontado por Alex Dias de Jesus (2020), com as dificuldades encontradas para entrar e permanecer legalmente nestes destinos e levando em conta “as transformações políticas e econômicas na periferia do capitalismo global, países como Equador, Chile, Argentina e Brasil se incorporaram ao espaço transnacional haitiano” (JESUS, 2020, p. 116). Alguns autores como Araújo e Oliveira (2014 apud JESUS, 2020, p. 141) identificam a presença de haitianos no Brasil desde os anos de 1940, mas em números pequenos. Mas, no contexto pós-terremoto, esses números aumentaram consideravelmente, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao visitar o Haiti, depois do ocorrido, oferece apoio humanitário e afirma que, “o Brasil estaria aberto a receber haitianos que quisessem migrar. Um mês depois, o fluxo havia iniciado” (COTINGUIBA, 2014 apud JESUS, 2020, p. 142), e até setembro de 2017 havia cerca de 90 mil haitianos no país (LIMA, 2017). É preciso enfatizar, para contestar os discursos errôneos,

¹É possível identificar relações entre o Brasil e o Haiti desde as décadas de 1940, porém, mais recentemente esse relacionamento se “reforçou” com a participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH). De 2004 a 2017 o Brasil comandou a MINUSTAH, devido às crises políticas e sociais que se sucederam desde o fim da ditadura dos Duvalier nos anos de 1980. É importante salientar que as crises no Haiti são muitas vezes apresentadas como incessantes para justificar as políticas intervencionistas no país, como demonstra o historiador Alex Donizete Vasconcelos (2016, p. 39). Esses discursos, são construídos a partir de um olhar bastante estereotipada e estigmatizada da história e identidade haitiana e têm sido utilizados, não raras vezes, para justificar, “sob pretextos humanitários, civilizatórios e democratizantes, uma série de ações – invasões, intervenções, ocupações – e boicotes impostos ao país”. Sua tese traz uma série de bibliografias que tratam da questão. Cf. VASCONCELOS, Alex D. **Identidade haitiana na história, na literatura e em discursos midiáticos do Haiti, da República Dominicana e dos Estados Unidos (2004-2014)**. 2016. 355 p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

²A partir do final do século XIX e princípio do século XX, os Estados Unidos conseguem estabelecer sua hegemonia na região do Caribe e da América Latina. Doutrinas como o Destino Manifesto, a Doutrina Monroe, o Corolário Roosevelt e a Política da Boa Vizinhança fundamentaram o expansionismo e as ocupações militares na região, como na República Dominicana (1916-1924), no Haiti (1915-1934), em Cuba (1917-1922), na Nicarágua (1926-1933), entre outros.

xenofóbicos e racistas que, apesar desse número ser aparentemente muito, ele sequer representa 0,05% da população nacional.

É então neste contexto que estudamos como na década da crescente imigração haitiana/caribenha no Brasil, os estudos históricos, de tipo mais acadêmicos do que escolar têm se apropriado do Haiti e do Caribe insular como tema de pesquisa. A questão principal que norteia o trabalho é sobre como os cursos de pós-graduação *stricto sensu* em História, dos principais programas avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), têm pesquisado o Haiti e o Caribe insular.

Dividimos o trabalho em 3 partes além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte apresentamos brevemente como o Caribe é estudado na academia e algumas hipóteses para entender o distanciamento entre o Brasil e o Caribe. No segundo ponto evidenciamos como que questões ideológicas e epistemológicas da própria produção historiográfica também corroboram para esse afastamento. Por fim, no terceiro ponto tratamos da metodologia usada; apresentamos as fontes e apontamos como aparecem o Caribe insular e o Haiti nelas.

2. O Caribe, o Haiti e o Brasil tão distante.

O Caribe é uma região múltipla e polissêmica, um conceito bastante abrangente. Fala-se de preferência em Caribes, já que abrange espaços sócio-histórico-culturais diferentes. Foi a partir do final do século XIX e, início do XX que o Caribe começou, de forma mais constante, a ser empregado para designar o mar - Mar do Caribe - e os países banhados por ele - países caribenhos -, período que coincide com o imperialismo estadunidense (GAZTAMBIDE-GEIGEL, 2006; SANTANA CASTILLO, 2007; ELÍAS CARO, 2009). Apesar de ser uma noção muito inexata, uma região com fronteiras culturais e geográficas difíceis de serem definidas com precisão, podemos tentar analisar o Caribe a partir de quatro tendências propostas pelo historiador porto-riquenho Antonio Gaztambide-Géigel (2006). As quatro tendências são: 1) o Caribe insular o etno-histórico; 2) o Caribe geopolítico; 3) o Grão Caribe ou Bacia do Caribe; e 4) o Caribe Cultural ou Afro América central.

A primeira noção proposta pelo historiador porto-riquenho, o de Caribe insular, ou etno-histórico, condiz ao conceito clássico de Caribe, utilizado desde o século XVII pelos colonizadores, porém não de forma constante. Fazem parte desse Caribe as Grandes e Pequenas Antilhas juntamente com as Bahamas, Bermuda, Belize e as Guianas, e enfatiza a grande população afrodescendentes desses países. A noção de Caribe geopolítico se refere à ideia de um Caribe que foi alvo do intervencionismo estadunidense e compreende as Antilhas e as costas

dos países da América Central e Panamá. Por sua vez, a noção de Grão Caribe ou Bacia do Caribe inclui as Antilhas, as costas dos países da América Central e os que ficam ao norte da América do Sul, países que também têm um papel importante na geopolítica da região. E, por último, a noção de Caribe Cultural ou Afro América central leva em conta muito mais os aspectos culturais e do sistema de *plantation* que caracterizou a organização socioeconômica desta parte das Américas e também a sua forte população afrodescendente.

Entre as tendências apresentadas, para este estudo, nos focaremos na região do Caribe insular ou etno-histórico. Esta escolha se deve ao fato desta noção privilegiar o mundo insular e tratamos, justamente, neste estudo, do Haiti, parte integrante desse Caribe. Esta perspectiva também enfatiza a experiência do sistema de *plantation*, da escravidão e da população majoritariamente negra desta região, elementos importantes para nossa análise.

Importantes estudos têm se dedicado a análises da relação entre o Brasil e os demais países latino-americanos sendo a historiadora Maria Lígia C. Prado uma das principais referências. No seu artigo “O Brasil e a distante América do Sul”, de 2001a, por meio da análise de jornais e escritos de historiadores, políticos e críticos literários, discute elementos que mantiveram separados política e culturalmente o Brasil e a América hispânica. É aproveitando do título de seu trabalho e da mesma linha percorrida por ela que argumentamos que o Brasil se manteve, por muito tempo, distante, não somente da América Latina, ou mais especificamente da América hispânica ou ainda mais estritamente da América do Sul (PRADO, 2001a), mas também do Caribe, sobretudo do Caribe insular e do Haiti.

O pouco contato histórico entre o Brasil e o Caribe, conforme Déborah Barros Leal Farias (2000, p. 54-59), se justifica pelo fato de que antes da década de 1960 muitos dos países caribenhos não eram nações independentes. E que, portanto, os estudos anteriores a essas décadas tratavam de colônias e o Brasil, em caso de interesses, estabelecia relações diretamente com as metrópoles correspondentes. Após a década de 1960, no contexto de Guerra Fria, de Ditadura Militar no Brasil e de hegemonia estadunidense no Caribe, o contato do Brasil com os países caribenhos estava condicionado aos interesses dos Estados Unidos. Os países caribenhos com os quais o Brasil manteve um maior contato, desde o século XIX, foram a Guiana e o Suriname, países fronteiriços.

Por sua vez, a historiadora cubana Olga Cabrera trabalha com a tese de que o Brasil tem se mantido distante da região do Caribe da mesma forma que se manteve distante da sua população negra. Estabelece, assim, relação entre a população caribenha majoritariamente negra e o caráter racista do Estado Brasileiro (CABRERA, 2004; 2006; CABRERA; IBARRA, 2014). O Brasil, apesar da sua população majoritariamente negra, por muito tempo - e em certa

medida até os dias atuais - renegou suas raízes africanas - e também indígenas - construindo uma nação como herdeiro unicamente das tradições luso-cristãs (GUIMARÃES, 1988; CABRERA, 2007, 2013; CABRERA; IBARRA, 2014). As teorias decoloniais podem ajudar nessa análise ao apontar como a modernidade/colonialidade tem levado muitos países da região e o Brasil a trabalharem contra sua população originária e afrodescendente. A colonialidade do poder, fundamentada na imposição da ideia de raça, como instrumento de dominação, foi sempre um fator limitante dos processos de construção do Estado-nação baseados no modelo eurocêntrico na América Latina (QUIJANO, 2005, p. 136).

Olga Cabrera (2007) ainda enfatiza juntamente com Ibarra Isabel (2014, p. 186) que, de forma geral, “o Caribe só obtém visibilidade por sua projeção como região geopolítica nas visões imperiais e como fronteira da civilização nas interpretações de teóricos ocidentais que ligaram o atraso à presença de populações negras”. De fato, o Caribe é uma região majoritariamente povoada por pessoas negras. Afinal, no Novo Mundo, foi a primeira região, onde se assentou o sistema escravista, e superou, por exemplo, os cerca de quatro milhões de africanos importados pela colônia brasileira (TROUILLOT, 2016, p. 43). Mas, também foi no Caribe que tal escravidão foi pela primeira vez abolida, surgindo assim o *haitianismo* que marcou a relação entre o Haiti e o Brasil e com os demais países do continente (GOMEZ, 2010; NASCIMENTO, 2008; MOREL, 2017). Conseqüentemente “o Caribe é uma categoria sócio-histórica que comumente faz referência a uma zona cultural caracterizada pelo legado da escravidão e o sistema de plantações” (GRIVAN, 2001, p. 3 apud CABRERA; IBARRA, 2014, p, 187).

No seu trabalho, Mendes Leandro Rocha (2000, p. 88 e 100), reforça a visibilidade geopolítica da região, ao apontar que no âmbito das relações internacionais, a relação do Brasil com o Caribe é meramente estratégica. O “Caribe tem se apresentado ao Brasil, muitas vezes, tão somente como uma região exótica, um paraíso fiscal e uma importante área turística” (ROCHA, 2000, p. 101). Precisamente as escritas sobre o Caribe apontam para uma região, muitas vezes, concebida, pelo Ocidente, com bastantes estereótipos e exotismos. Por meio do estereótipo, definido como um padrão formado a partir de clichês, de ideias preconcebidas e desprovidas de originalidade (ESTEREÓTIPOS, 2022), ideias parciais são concebidas e difundidas acerca da realidade caribenha de forma fragmentada, reconfigurada e recontextualizada (MASON, 1998, apud STASZAK, 2008).

Essas ideias parciais levam justamente à reprodução de exotismos. Segundo sua etimologia grega “*exóticos*”, o exotismo faz referência ao desconhecido, ao misterioso, àquilo que transcende a cotidianidade do sujeito (FREITAS, 1998; HELLER, 2009), assenta-se sobre

o conceito de alteridade e suas noções principais são a do longínquo e do maravilhoso. Essa última faz referência tanto às virtudes e à beleza como à monstruosidade e ao sentimento de estranheza (AFFERGAN, 1987; TODOROV, 1989 apud FREITAS, 1998). E observamos que ao mesmo tempo que o caribe é associado aos destinos turísticos paradisíacos, às aventuras, aos tesouros escondidos, aos corsários e aos piratas, ele também é evocado a partir da pobreza e das instabilidades políticas (AVELLA, 2009, p. 37).

Enfim, apesar das similaridades entre o Brasil e o Caribe, são poucos os estudos que se dedicam a estabelecer relações entre os dois. Nem sequer os estudos do Movimento Negro no Brasil, apesar do importante movimento da Negritude que se dá no Caribe insular desde final do século XVIII - com a Revolução Haitiana e os importantes trabalhos de Frantz Fanon e Aimé Césaire, para citar só esses nomes -, têm se dedicado a estabelecer relações culturais e históricas entre o Caribe e o Brasil (CABRERA; IBARRA, 2014; CABRERA, 2007, PRADO 2001b). Também constatamos que os poucos estudos, mesmo quando tratam de países caribenhos como Cuba e Haiti, por exemplo, a análise não é feita desde um contexto caribenhista, são analisados apenas como países latino-americanos³, desconsiderando as especificidades do caribe.

Compartilhamos do posicionamento da historiadora Olga Cabrera que frisa que a pouca relação do Brasil com o Caribe se deve ao modelo de Estado-nação almejado pelo país (CABRERA, 2007, 2013; CABRERA; IBARRA, 2014). Mas acrescentamos que questões ideológicas e epistemológicas da própria produção historiográfica também corroboraram para esse afastamento ao legitimar a formação do Estado-nação brasileiro. Também a produção de conhecimento no Brasil tem dialogado muito mais com a Europa e os Estados Unidos do que com os países latino-americanos e caribenhos (KALIL-ALVES; OLIVEIRA, 2010; MATHIAS, 2011; CAINELLI, 2012; PRADO 2001b), o que torna a historiografia no país sobre o Caribe bastante escassa.

Nas páginas anteriores foram apresentados vários Caribes, os estereótipos e exotismos que caracterizam a região, o contexto migratório haitiano contemporâneo e as relações entre o Brasil e o Caribe insular. Esses temas nos levaram a refletir sobre o ensino de história no Brasil. Apesar de que o Brasil tem se mantido por muito tempo distante também da América Latina, nas últimas décadas isso tem mudado bastante e a região conseguiu algum destaque na

³Sustentamos tal afirmação pela análise – inicial – das revistas da Associação Nacional de Pesquisadores e Historiadores das Américas (ANPHLAC) - apesar de manter a mesma sigla, desde 2007 foi redenominada Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas. O primeiro número da Revista foi publicado em 2007 e apenas foram publicados em 2016 dois números sobre a “História do Caribe”. Nenhum número anterior ou posterior até 2021, fazem alusão ao Caribe nos títulos, a maioria dos trabalhos enfatizam a América Latina mesmo quando estudam países caribenhos.

historiografia nacional. No entanto, os estudos acerca do Caribe não têm tido o mesmo vigor entre os historiadores brasileiros. Por isso, para compreender como a história ensinada no país tem se afastado dos vizinhos, a nossa análise se fará a partir do ensino da história da América Latina. A seguir nos aproximamos um pouco da relação entre a América Latina e o estudo da sua história no Brasil.

3. Ensino de História no Brasil - América Latina e o Caribe

Apesar de ter sofrido várias reformas ao longo do tempo, a escrita da história e seu ensino durante todo o século XIX e até as últimas décadas do XX tinha como missão conceber o Estado-nação e a identidade nacional (CAIMI, 2013). Nesse período o ensino de história em muitos dos países da América Latina, tem favorecido a narrativa acerca da formação dos Estados-nação (SCHMIDT, 2020; ÁGUILA, 2011), dando ênfase à invenção das tradições para legitimar as identidades nacionais caracterizadas por limites fronteiriços, culturais e políticos⁴. Essas narrativas históricas de tipo nacionalistas tiveram como consequências limitar as abordagens comparativas e transnacionais a partir da articulação entre o nacional e o regional (ÁGUILA, 2011).

Procurando entender a história das disciplinas escolares na relação entre suas características originais, transformações e permanências ao longo do tempo conforme as demandas socioculturais de uma determinada sociedade, Raimundo Cuesta Fernández propôs o conceito de código disciplinar (1997 apud CERRI, 2019). Segundo o autor uma das características do código disciplinar da história no aspecto social e do conteúdo do conhecimento é o elitismo e a história factual, uma história vista de cima, de caráter nacionalista. Analisando o código disciplinar da história no caso brasileiro observamos tais características. Em um artigo escrito pela historiadora Flávia Eloisa Caimi (2013, p. 20-28) ela, retomando a historiadora Circe Maria Fernandes Bittencourt (2007), apresenta quatro fases pelas quais a construção da identidade nacional no Brasil por meio do ensino da história pode ser analisada.

De forma geral as três primeiras fases que se estendem da pós-independência aos anos de 1980 - com um breve período de críticas sérias entre 1950 e 1960 - coincidem com a necessidade de criar uma nação unida em torno de símbolos irrefutáveis. Uma história

⁴Alguns trabalhos estabelecem relações entre o ensino de história da América Latina no Brasil, na Argentina e no Uruguay. Cf. CONCEIÇÃO Juliana P. da; Zamboni Ernesta. A educação pública e o ensino de história da América Latina no Brasil e na Argentina. **Práxis Educativa** vol.08 no.02 Ponta Grossa maio/ago. 2013; COUTO, Regina Célia do. **O currículo como produtor de identidade e de diferença**: efeitos na fronteira Brasil-Uruguay. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

historicizante, baseada nos grandes personagens e fatos heroicos, foi privilegiada no ensino, que buscava uma certa civilidade dos cidadãos, visando o progresso da nação. A história tinha a função política de formar brasileiros nacionalista e patriotas. Num estudo pioneiro, Maria de Fátima Sabino Dias (1997) analisou, na sua tese de doutorado, a sociogênese da disciplina de história na cultura escolar⁵, mas em particular, a constituição da disciplina de História da América no espaço escolar no Brasil. Segundo seu estudo, de forma geral, desde a segunda metade do século XIX, pouca importância era atribuída à história das Américas no ensino de história; a disciplina de história enfatizava o modelo eurocêntrico de história universal.

O ensino da história se dava a partir da divisão proposta por Charles Seignobos de: história antiga, medieval, moderna e contemporânea. Inclusive, a história do Brasil foi por um tempo ensinada como parte integrante da europeia, para só depois passar a ser uma disciplina autônoma (SABINO DIAS, 1997; MATHIAS, 2011). Com isso observamos, mais um elemento da colonialidade que representa a experiência histórica local europeia como globalmente hegemônica (ESCOBAR, 2003). Entende-se a colonialidade como a dominação da cultura ocidental europeia - e estadunidense - sobre as demais culturas; tratando-se da colonização dessas culturas, do imaginário desses povos, do controle da intersubjetividade do conhecimento (ESCOBAR, 2003; QUIJANO, 2007).

As décadas de 1930 e 1940 marcaram um importante período para a cultura escolar no Brasil com as Reformas educacionais de Francisco de Campos (1931) e Capanema (1942) quando a História da América foi incluída nos programas oficiais de ensino, porém ainda com um viés eurocêntrico (SABINO DIAS, 1997). Pois, segundo Maria de Fátima Sabino Dias (1997), nenhuma relação real foi estabelecida entre a história do Brasil e os demais países latino-americanos, aliás o Brasil ainda era visto como separado da América Latina, entendida sobretudo como o conjunto dos países de língua espanhola (BETHELL, 2009). Essa reforma na cultura escolar coincide com a criação nos anos de 1930 dos primeiros cursos de história nas universidades do país⁶, na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Distrito

⁵A autora, fazendo uso de Dominique Julia, define a cultura escolar como um conjunto de normas que definem saberes a ensinar, condutas a inculcar e um conjunto de práticas ordenadas às finalidades históricas, socioculturais e políticos de uma determinada sociedade (SABINO DIAS, 1997, p. 30).

⁶Itamar Freitas (2010) aponta três momentos para estudar a história no ensino superior no país. Segundo o autor, é possível identificar aulas de história no ensino superior no Brasil desde o início do século XX em “estabelecimentos de ensino superior “não profissionais”” como na Faculdade Eclesiástica de São Paulo entre 1908 e 1914 (p. 200), ou no Centro de Altos Estudos, fundado em 1916 no Rio de Janeiro numa tentativa de “implantação de institutos de Altos Estudos, projetados como pré-faculdades de Filosofia (202). O terceiro momento apontado pelo autor inicia em 1931 com a legislação sobre ensino superior. Em outro trabalho, da Norma Lucia da Silva e da Marieta de Moraes Ferreira, as autoras pesquisam sobre a institucionalização do curso no país a partir da legislação de 1931, e além de fazer um histórico dos primeiros cursos, aponta a matriz curricular dos cursos conforme sua transformação ao longo dos anos. Cf. bibliografia.

Federal (UDF) no Rio de Janeiro⁷. Se bem que os cursos na USP e na UDF tinham nas suas grades curriculares, desde o início, uma disciplina dedicada ao estudo da História das Américas, as disciplinas de História Universal, História Moderna e História Antiga eram as mais valorizadas, com uma maior carga horária (SILVA; FERREIRA, 2011). Ainda a concepção de uma história política voltada para a valorização da identidade nacional prevalecia (SILVA; FERREIRA, 2011).

Durante os anos de 1940 e 1950, no contexto da Segunda Guerra Mundial e da conjuntura histórica do auge da hegemonia estadunidense na América Latina e no Caribe, o governo brasileiro se aproximou dos Estados Unidos o que possibilitou uma nova apropriação da História das Américas (SABINO DIAS, 1997). Essa postura de aproximação com os Estados Unidos se reafirma durante o período da ditadura militar. Nesse contexto, o Brasil, colaborando com os interesses da política externa dos Estados Unidos da “boa vizinhança” de seu projeto panamericano, ao procurar estabelecer relações com os demais países da região, se posicionou como uma liderança no subcontinente, estabelecendo relações subimperialistas (SCHMIDT, 2020, p. 13).

Essa tendência historiográfica que enfatiza os acontecimentos históricos europeus, sofre grandes mudanças nas décadas de 1980 e 1990, marcando o quarto período identificado pela autora Flávia Eloisa Caimi (2013) citando a Circe Maria Fernandes Bittencourt (2007). Com o novo contexto social do fim da Guerra Fria, dos regimes militares e o auge dos movimentos sociais em busca de mais direitos e reconhecimento, o ensino eurocêntrico da história foi questionado e a identidade nacional única foi criticada por diferentes setores da sociedade (BITTENCOURT, 2007 apud CAIMI, 2013; MATHIAS, 2011). Tamar Kalil-Alves e Wellington de Oliveira (2011) confirmam esta afirmação. Segundo eles, as décadas de 1970 e sobretudo dos últimos anos de 1980 e os primeiros anos do século XXI, trouxeram à tona as semelhanças históricas e econômicas dos países latino-americanos, novas relações se estabeleceram entre o Brasil e o restante da América Latina, e conseqüentemente influenciaram o ensino da história das Américas (KALIL-ALVES; OLIVEIRA, 2011; SABINO DIAS, 1997; SCHMIDT, 2020). As mudanças no campo historiográfico trazidas pelo marxismo, como da

⁷Lembrando que a Universidade do Distrito Federal (UDF) criada em 1935, foi incorporada em 1939 à Universidade do Brasil, esta última no seu início se denominava Universidade do Rio de Janeiro, criada em 1920, transformada em Universidade do Brasil 1937, e em Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1965.

Escola dos Annales e da história social inglesa, impactaram também as mudanças no ensino de história no país (MATHIAS, 2011).

Nos anos de 1990 o Setor de Educação do Mercosul (SEM) teve um papel importante na configuração do ensino de história na região. Apesar das críticas cabíveis ao SEM, é preciso reconhecer a importância da iniciativa. Com a realização de Grupos de Trabalhos voltados ao Ensino de História e Geografia, o SEM pretendia criar uma matriz curricular transnacional numa tentativa de superar as histórias nacionalistas - sem negar as particularidades de cada Estado - e estimular as abordagens comparativas (DA SILVA SANTIAGO; RANZI, 2013). Uma iniciativa parecida foi tomada anteriormente pela OEA nos anos de 1950 através do Plano Cultural Interamericano com o objetivo de incentivar relações aprazíveis entre os povos americanos pelo intercâmbio educativo, científico e cultural (ATAÍDE, 1951, p. 134 apud SABINO DIAS, 1997, p. 86).

A diferença entre essas duas iniciativas está no fato do SEM ser fruto do MERCOSUL, organização criada pelos próprios países da região em busca de uma maior autonomia como região na arena internacional, mas com a intenção de ir além da integração econômica, buscavam também uma integração social e cultural. Em contrapartida, o Plano Cultural Interamericano da OEA “representa a capacidade de adequação da América Latina às diretrizes formuladas pelos Estados Unidos e de seu papel de liderança no mundo capitalista” (SABINO DIAS, 1997, p. 86).

Como observamos, o lugar da América Latina tem sido por muito tempo secundário no ensino de história no Brasil até a década de 1980 que marcou o início de uma produção historiográfica mais importante acerca da América Latina, década que coincide com a criação em massa de cursos superiores de história (SILVA; FERREIRA, 2011). Frequentemente, no senso comum, a América Latina é relacionada apenas aos países de língua espanhola, e até recentemente, o Brasil não era entendido como parte da região latino-americana. No entanto, desde o final do século XX e início do século XXI, importantes mudanças são perceptíveis, quando, com iniciativas como a Cúpula do Grupo do Rio e a criação de blocos regionais como MERCOSUL, ALADI, UNASUR, por exemplo, observa-se uma adesão cada vez mais marcante do Brasil à ideia de pertencer a América Latina. Grupos acadêmicos na área de história como a Associação Nacional de Pesquisadores e Historiadores das Américas (ANPHLAC), também são criados, fomentando meios para a realização de pesquisas voltadas à região. A criação da própria UNILA se enquadra nessas tentativas.

No entanto, hoje em dia, analisando os cursos de graduação em história e os programas da pós-graduação, observamos que, se os estudos de história da América Latina (a América

hispânica) são bem presentes como disciplinas obrigatórias e optativas, os estudos sobre o Caribe figuram timidamente. Fazendo um levantamento dos cursos de graduação em história (bacharelado e licenciatura) nas universidades que analisamos nesta pesquisa - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)⁸; Universidade Federal Fluminense (UFF)⁹; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)¹⁰; Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)¹¹; Universidade de São Paulo (USP)¹²; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹³; Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)¹⁴; Universidade Federal do Maranhão (UFMA)¹⁵; Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)¹⁶ - verificamos que somente a USP e a UNIFAP têm incluído nos seus currículos o estudo do Caribe como região.

O curso de graduação de história da USP faz menção ao Caribe e ao Circuncaribe em 3 disciplinas obrigatórias: “História da América Colonial”, disciplina do primeiro semestre; “História Indígena Colonial”, do quinto semestre; e “História da América Pré-Hispânica”, do sexto semestre. No entanto, na bibliografia dos planos de aula dessas disciplinas as referências ao Caribe são quase inexistentes, o foco maior é referente à América Latina. Por sua vez, nos cursos de história licenciatura e bacharelado da UNIFAP foram identificadas duas disciplinas optativas voltadas ao estudo do Caribe: “História das Guianas, Caribe e Afro-América”; e

⁸UFMG. BACHARELADO COM NÚCLEO ESPECÍFICO E NÚCLEO GERAL. Estrutura Curricular. Disponível em: <https://ufmg.br/cursos/graduacao/2421/91233>. Acesso em 20/01/2022; UFMG. LICENCIATURA COM NÚCLEO ESPECÍFICO E NÚCLEO GERAL. Estrutura Curricular. Disponível em: <https://ufmg.br/cursos/graduacao/2421/91234>. Acesso em 20/01/2022.

⁹UFF. Matriz curricular. História. Disponível em: <https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff>. Acesso em 20/01/2022.

¹⁰UNICAMP. PROJETO PEDAGÓGICO CURSOS DE GRADUAÇÃO HISTÓRIA. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ifch/pf-ifch/public-files/graduacao/projeto-pedagogico-historia-2018.pdf>. Acesso em 20/01/2022.

¹¹UFRGS. Ensino História. Bacharelado, licenciatura. Projeto pedagógico. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/ensino/graduacao/cursos/exibeCurso?cod_curso=333. Acesso em 20/01/2022.

¹²USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Grade curricular do curso de história bacharel. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=8&codcur=8030&codhab=103&tipo=N>. Acesso em 20/01/2022.

¹³EMENTAS DAS DISCIPLINAS DE GRADUAÇÃO. UFRJ. Graduação bacharelado e licenciatura. Disponível em: [Bacharelado - 2011.1 a 2019.1 \(ufrj.br\)](Bacharelado - 2011.1 a 2019.1 (ufrj.br)). Acesso em 20/01/2022.

¹⁴UNILA. Matriz Curricular e Projeto Pedagógico do curso de História - Licenciatura. Disponível em: [Matriz Curricular e PPC — Universidade Federal da Integração Latino-Americana \(unila.edu.br\)](Matriz Curricular e PPC — Universidade Federal da Integração Latino-Americana (unila.edu.br)). Acesso em 20/01/2022; UNILA. Matriz Curricular e Projeto Pedagógico do curso de História - América Latina. Disponível em: [Matriz Curricular e PPC — Universidade Federal da Integração Latino-Americana \(unila.edu.br\)](Matriz Curricular e PPC — Universidade Federal da Integração Latino-Americana (unila.edu.br)). Acesso em 20/01/2022.

¹⁵UFMA. Curso de História. Currículos. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/curso/curriculo_curso.jsf?lc=pt_br&lc=pt_br&id=85811. Acesso em 20/01/2022.

¹⁶UNIFAP. História. Licenciatura e bacharelado. PPC/Matriz. Disponível em: <https://www2.unifap.br/historia/#>. Acesso em 20/01/2022.

“História do Caribe Colonial”¹⁷ com uma bibliografia bem densa acerca do Caribe. Diríamos, portanto, que a formação inicial ofertada na Universidade não é capaz de incentivar nos professores e pesquisadores interesses profundos acerca da região do Caribe.

Entendemos que a presença da História das Américas na educação brasileira, possui um movimento fragmentado e não linear, com momentos de maior ou menor destaque. No entanto, apesar de observarmos notáveis avanços, no que concerne a presença da América Latina no ensino, o Caribe, ainda, permanece segregado. Neste subcapítulo fizemos uma breve apresentação dos percursos do ensino escolar e acadêmico de história das Américas na educação brasileira. Falta saber como o Haiti e por extensão o Caribe insular são apreendidos nas pesquisas acadêmicas. Portanto, no próximo subcapítulo apresentamos, as pesquisas realizadas no Brasil acerca da região, durante a última década (2010-2020).

4. O Caribe insular e o Haiti desde a história acadêmica

Nesta parte do trabalho analisamos as dissertações e teses produzidas em cinco Programas de Pós-Graduação em História (PPGH) das Universidades Públicas melhores pontuados pela CAPES. Na última avaliação realizada pela CAPES em 2017¹⁸, os PPGHs da UFMG e da UFF foram os únicos que obtiveram o conceito máximo (7). A UNICAMP, a UFRGS, a USP - história social - e a UFRJ - história social - obtiveram o conceito 6. No entanto, além do PPG em História social da UFRJ, acabamos por analisar o PPG em História Comparada. Apesar deste programa não estar listado entre as melhores avaliadas pela CAPES, conforme nosso recorte, julgamos importante a sua análise. É o único programa de História Comparada das universidades pesquisadas e entendemos a importância desse campo interdisciplinar que incentiva estudos comparativos, rompendo com o isolamento de seus objetos de estudo.

De forma geral, o recorte elaborado se deve ao fato de que os PPGHs dessas Instituições são antigos e, portanto, já consolidados e com notoriedade reconhecida. A sua análise permite ter uma noção da evolução dos estudos dos nossos temas de pesquisa no âmbito acadêmico brasileiro. Lembramos também que a UNICAMP e a UFRGS fazem parte das primeiras

¹⁷Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em História. Disponível em: https://www2.unifap.br/historia/files/2021/04/processo_23125008402202168_Ementas_Atual_20217-historia.pdf. Acesso em 21/01/2022.

¹⁸CAPES. Cursos Avaliados e Reconhecidos. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativos.jsf?jsessionid=OpxD1+vMmr3QOauIPVj+o1G.sucupira218?areaAvaliacao=40&areaConhecimento=70500002>. Acesso em 20/01/2022.

universidades que aderiram ao Programa do Pró-Haiti¹⁹, e que é nos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul que residem a maioria dos imigrantes haitianos no país (LIMA, 2017). Pensamos, portanto, que essas instituições devem ter uma quantidade considerável de trabalho sobre nossas temáticas.

Além desse recorte por qualificação, também quisemos analisar outros programas baseados em outros critérios que consideramos importantes. Por exemplo, o PPGH da UNILA, levando em conta a notável proposta da instituição voltada à América Latina - e, em certa maneira, ao Caribe. Também julgamos necessário a análise da UFMA pelo fato dela editar a Revista Brasileira do Caribe²⁰. E, por último, o PPGH da UNIFAP, pela sua aproximação fronteiriça com a Guiana Francesa, país do Caribe insular, conforme a proposta de Antonio-Gaztambide-Geigel (2006). No entanto, tanto na UNILA²¹, como na UFMA²² e na UNIFAP²³ não identificamos nenhum trabalho que tratasse dos temas dessa pesquisa. Na verdade, tanto na UNILA como na UNIFAP, por serem programas novos, as defesas e a disposição dos trabalhos no site ainda não ocorreram. A UFMA também é um programa novo se comparado com as universidades do primeiro grupo, mas dos cerca de 100 trabalhos defendidos, nenhum se aproximou do Caribe.

Num exame geral das pesquisas no site da Capes²⁴, buscando pela palavra Haiti, observamos um notável crescimento, a partir dos anos 2000, dos trabalhos que estudam temas relacionados a esse país nos PPGs com destaque para o curso de Ciências Políticas. A partir de 2004 observa-se uma produção de 5 trabalhos por ano, número que aumenta para 16 em 2010 e passa a 30 entre 2013 e 2015, chegando a 70 em 2019. Já em 2021 constam 24 trabalhos

¹⁹No contexto da “ajuda humanitária”, oferecida ao Haiti depois do terremoto de 2010, foi assinado no âmbito do Memorando de Entendimento entre Brasil e Haiti, no mesmo ano, o Programa Emergencial em Educação Superior - Pró-Haiti, voltado à população estudantil. Alphonse e Macedo (2017), apontam que os objetivos do programa eram manter e reforçar a relação entre os dois países com a vinda e idas de estudantes, técnicos e professores haitianos para o Brasil, e brasileiros para o Haiti. Os primeiros estudantes chegaram ao Brasil em agosto de 2011 em quatro universidades: UNICAMP, UFSC, UFSCar, UFRGS, num total de 78. O Pró-Haiti foi-se modificando e outras Instituições de Ensino Superior aderiram ao Programa, só que não mais selecionando estudantes desde o Haiti, mas imigrantes haitianos no Brasil, a exceção da UNILA que realiza seleções internacionais.

²⁰A Revista Brasileira do Caribe é uma publicação especializada do PPGH da UFMA, que aposta no estudo do Caribe, valorizando o componente africano na América. É uma das poucas revistas especializadas desse assunto na área.

²¹UNILA. Repositório Institucional. PPGHIS. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4399>. Acesso em 12/04/2022.

²²UFMA. PPGHIS. Dissertações/teses. Disponível em: https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/defesas_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=1114. Acesso em 21/01/2022.

²³UNIFAP. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertações. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgh/dissertacoes/>. Acesso em 12/04/2022

²⁴CAPES. Painel de informações quantitativas (teses e dissertações). Disponível em: [Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES](#). Acesso em 20/01/2022.

registrados que contêm a palavra Haiti. O mesmo sucede com a palavra Caribe, passando de 24 trabalhos em 2000 para 164 em 2016, com destaque para as Ciências Humanas e a área de Geografia. De forma geral, as Universidades Públicas que mais produzem trabalhos que contêm essas palavras-chave (Haiti e Caribe) são as cinco que apontamos anteriormente, segundo a sua qualificação pela CAPES²⁵.

Para a análise das nossas fontes fizemos uso de uma abordagem qualitativa por meio da pesquisa documental, pois consideramos pertinente esta metodologia para cumprir os objetivos do trabalho. A pesquisa documental, conforme apontam Eduardo Brandão Lima Júnior (2021, p. 42) e colaboradores, “é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de um universo de documentos, [...] considerados heterogêneos” a fim de compreender um determinado fenômeno. Nesse sentido, a pesquisa documental nos permite, por meio do “estudo do contexto, do autor ou os autores, da autenticidade e a confiabilidade do texto, da natureza do texto, dos conceitos-chave e da lógica interna do texto” (CELLARD, 2008, p. 303 apud JUNIOR LIMA et al., 2021, p. 44), obter informações significativas acerca de como o Haiti e o Caribe insular vêm sendo entendidos e pesquisados na academia brasileira, desde a história.

Portanto, a escolha das teses e dissertações, diretamente do site de cada universidade, se deu por conter palavras-chave como Haiti, Caribe e outros países pertencentes ao Caribe insular, e eventos que remetem a esses países nos seus títulos. Depois, lemos as partes principais dos trabalhos (resumo, introdução e as considerações finais) e alguns capítulos ou subcapítulos exclusivamente voltados à apresentação ou a descrição do(s) país(es) estudados. Procuramos também, por outras palavras-chave específicas como “pobreza”, “miséria” e seus derivados. Prestamos atenção também a palavras e expressões que atribuem à região imagens estereotipadas e exotizadas. A intenção é poder confirmar ou refutar nossas hipóteses: os temas estudados na história recente no Brasil, acerca do Caribe insular e do Haiti, são os mais tradicionais; o Caribe insular, de forma geral, é bastante estereotipado e exotizado; e o Haiti em particular é ainda muitas das vezes relacionado às tragédias, apresentado sob a retórica da pobreza e da miséria (JOSEPH, 2021).

²⁵Instituições como a Universidade de Brasília, a Universidade Federal de Santa Catarina, a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade Federal de Rondônia também se destacam na produção de trabalhos contendo nossas palavras-chave. Enfatizamos que mesmo buscando pelas palavras-chave específicas o site listou trabalhos que também têm outros assuntos relacionados a elas, e pesquisas realizadas em grupos de pesquisas como “Escravidão e Pós-emancipação em perspectiva comparada: Africanos, Crioulos e comunidades de senzala - Brasil, Venezuela, Martinica e Cuba” do PPG em História Comparada da UFRJ, por exemplo. Ou seja, nem todos os trabalhos listados pela plataforma tratam especificamente do Caribe ou do Haiti, por isso as pesquisas analisadas foram procuradas diretamente no site das universidades apontadas.

Prestamos atenção às tentativas de estabelecer relações entre o país estudado com outros países do Caribe e da América Latina; aos trabalhos que justificam o Caribe ao qual fazem referência. E, na análise de cada trabalho, apresentamos a área de formação do/a autor/a, seus principais temas de pesquisa como também do/a orientador/a, pois entendemos que um TCC, dissertação ou tese é um trabalho conjunto. A metodologia utilizada e as principais fontes analisadas, os objetivos da pesquisa e as teses defendidas também foram apresentados. A intenção é poder dar ao leitor uma ideia geral do trabalho analisado, nos focando nas formas como tanto o Haiti e os demais países caribenhos, são concebidos e apresentados. Assim, conseguimos identificar noções que têm em comum ou as formas semelhantes de tratar os temas desta pesquisa. Percebemos quais são as imagens perpetuadas e/ou superadas.

Segue a relação dos trabalhos identificados: Na UFMG localizamos 4 trabalhos voltados ao estudo de Cuba²⁶. Na UFF identificamos 3 trabalhos²⁷, sendo 1 sobre a colônia de *Saint-Domingue*/Haiti, 1 sobre Barbados e outro sobre Cuba. Na UNICAMP localizamos cinco (5) trabalhos²⁸, 4 sobre Cuba, 1 sobre Martinica e outro sobre o Haiti. Na UFRGS identificamos dois (2) trabalhos²⁹ cujo foco principal é Cuba. Na USP foram localizados 9 trabalhos³⁰, 2 sobre o Caribe de forma geral, 1 sobre o Haiti e 6 sobre Cuba. Na UFRJ identificamos 8 trabalhos³¹ sendo 4 sobre Cuba e 4 sobre o Haiti, dois desses são também sobre a República Dominicana. Apenas ressaltamos, para enfatizar a tímida presença do Caribe insular nas pesquisas nos programas supracitados que, todos tiveram entre, aproximadamente, 400 e 600 trabalhos defendidos no período em questão, tirando a UFF e a USP que tiveram cerca de 1000 defesas cada uma.

Desta forma, os trabalhos localizados podem ser divididos em 3 grupos (Tabela 1): **1)** aqueles que analisam Haiti/*Saint-Domingue* e a República Dominicana, que são 7 no total, mas só encontramos 6 na internet³²; **2)** aqueles que analisam a Martinica (1), o Barbados (1) e 2 que se debruçam sobre a região do Caribe de forma geral, analisando mais de um país caribenho; **3)** e aqueles que analisam Cuba, que são 21 no total. Visto a quantidade de trabalhos

²⁶UFMG. Dissertações defendidas. Disponível em: [Programa de Pós-Graduação em História - UFMG](#). Acesso em 05/01/2022.

²⁷UFF. PPGH. Dissertações e tese. Disponível em: [PPGH | Dissertações e Teses \(uff.br\)](#). Acesso em 07/01/2022.

²⁸UNICAMP. PPG História. Teses/Dissertações. Disponível em: [Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Teses/Dissertações \(unicamp.br\)](#). Acesso em 09/01/2022.

²⁹UFRGS. Teses e dissertações. Disponível em: [Teses e Dissertações — PPG História \(ufrgs.br\)](#). Acesso em 12/01/2022.

³⁰USP. História Social. Teses e dissertações. Disponível em: [Area \(usp.br\)](#). Acesso em 15/01/2022.

³¹UFRJ. Teses e Dissertações. Disponível em: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em 14/01/2022.

³²O trabalho que encontramos é: “Operações de paz à Brasileira - Uma forma antiga e particular ou uma nova projeção de poder? Um Estudo de Caso da Minustah” de Daniele Dionisio da Silva defendido em 2011 na UFRJ.

encontrados (32), optamos por analisar todos os trabalhos do grupo 1 e 2 e analisar de forma mais geral os trabalhos do terceiro grupo.

Distribuição dos Trabalhos por Tema e Universidade										
	UFMG	UFF	UNICAMP	UFRGS	USP	UFRJ	UNILA	UFMA	UNIFAP	Total
■ Saint-Domingue/Haiti e Rep. Dominicana		1	1		1	4				7
■ Cuba	4	1	4	2	6	4				21
■ Martinica			1							1
■ Barbados		1								1
■ O Caribe de forma geral					2					2

Tabela 1 - A distribuição dos trabalhos encontrados por universidade e por tema.

4.1. O Haiti/Saint-Domingue e a República Dominicana

1) O primeiro trabalho analisado é a dissertação de Amanda Bastos da Silva: “A Revolução de São Domingos e os embates entre forças abolicionistas e escravistas no longo século XIX: as contribuições de Marcus Rainsford e Jean-Louis Dubroca”, defendida em 2019 na UFF. A autora é graduada em história pela UFF, onde obteve também seu mestrado e atualmente está cursando o doutorado em História pela UNIRIO. Seus temas de pesquisa são: História Global em perspectiva Comparada, História do Atlântico, História do Caribe, Revolução de São Domingos, Movimentos Abolicionistas e Segunda Escravidão³³. A dissertação dela foi orientada por Leonardo Marques, doutor em história pela Emory University nos Estados Unidos com pós-doutorado na USP³⁴.

O trabalho, além das partes principais, está dividido em 3 capítulos cujo objetivo principal é analisar, a partir dos pressupostos metodológicos da História Mundial e dos Sistemas Globais, “as implicações da Revolução de São Domingos às movimentações abolicionistas e escravistas que permearam o Mundo Atlântico” (SILVA, 2019, p.8). As principais fontes usadas foram os livros e as gravuras produzidas pelo soldado britânico abolicionista Marcus Rainsford e pelo livreiro escravista francês Jean Louis Dubroca. O trabalho de Amanda Bastos da Silva tenta uma análise mais geral a partir do Mundo Atlântico, estabelecendo relações com o mundo caribenho do final do século XVIII e início do século XIX, analisando a experiência do Haiti a partir da sua condição caribenha.

Nos detemos sobretudo na leitura das partes principais do trabalho e do primeiro capítulo “A escravidão colonial e as primeiras movimentações abolicionistas”. Nessa primeira parte do trabalho a intenção foi de discutir os sistemas escravistas do Novo Mundo, os primeiros

³³SILVA, Amanda Bastos da. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, <http://lattes.cnpq.br/8260351980396147>. Acesso em 18/01/2022.

³⁴MARQUES, Leonardo. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 7 de janeiro de 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4140253862988978>. Acesso em 18/01/2022.

movimentos abolicionistas e a Segunda Escravidão como um dos desdobramentos da Revolução de São Domingos. De forma geral, observamos na análise dessa dissertação que os escravizados aparecem como principais agentes históricos da Revolução Haitiana. A autora se aproxima dos trabalhos de historiadores como Michel Rolph-Trouillot, Robin Blackburn e Ada Ferrer que defendem a tese de que São Domingos possui importância histórica inquestionável aos embates entre forças abolicionistas e escravistas que assolaram o Mundo Atlântico (SILVA, 2019, p. 22). Ao procurar pelas palavras-chave “pobreza” e “miséria” e seus derivados, não as identificamos de forma relacionadas ao Haiti.

2) Na UNICAMP identificamos a dissertação “Uma nação em construção: trabalho livre e soberania no código rural haitiano (1826 - 1843)” defendida em 2020 por Bethânia Santos Pereira. A pesquisadora é historiadora pela UNICAMP, instituição onde também cursou o mestrado e atualmente faz doutorado em história. Os seus temas de pesquisa são: História do Haiti e História do Caribe, principalmente questões que envolvem as relações de trabalho no século XIX, pós-abolição, mobilidade de pessoas negras, Atlântico negro e representações raciais no século XIX³⁵. Este trabalho foi orientado por Raquel Gryszenko Alves Gomes, com graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado em história pela UNICAMP³⁶.

Neste trabalho, nos detemos na leitura das partes principais e dos dois primeiros capítulos: 1) “Lutas pela soberania” e 2) “Um código de restrições”. De forma geral, nos três capítulos do trabalho, a autora procura compreender a apropriação da noção de “trabalho-livre” pela elite política e intelectual haitiana e pelos camponeses do período pós-independência por meio da análise, entre outros, do Código Rural de 1826. Assim, ela problematiza a relação entre Estado e trabalhadores rurais a partir dos artigos do Código Rural, analisando a receptividade da lei rural pelos trabalhadores e como se deu a resistência a ela. Ela defende que a promulgação do Código Rural de 1826 precisa ser analisada para além de uma simples reprodução do sistema colonial no Haiti pós-revolucionário. Pois, apesar das violências impregnadas nos seus artigos, consiste como uma resposta própria do Haiti aos problemas pontuais que enfrentava no século XIX, como a defesa da soberania pela busca de uma estabilidade financeira. E que a aplicação do Código não foi um sucesso, não por uma falha do Estado, mas porque os camponeses tiveram uma agência principal no período que, devido à força da sua organização e sua capacidade de lutar contra a exploração, tornou difícil a empreitada do Estado.

³⁵PEREIRA, Bethânia Santos. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 30 out. 2021. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/379276723/bethania-santos-pereira>. Acesso em 18/01/2022.

³⁶GOMES, Raquel G. A. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 29 de março de 2019. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1311323568131529>. Acesso em 20/01/2022.

A análise feita pela pesquisadora contextualiza a situação política interna do Haiti como também realiza uma análise que situa a ilha no contexto mundial, refletindo, sobretudo, sobre a experiência do Haiti a partir da sua localização geográfica, no Caribe, compreendendo o caso haitiano de forma conectada a um contexto maior de definição do trabalho livre e dos limites da soberania. Também nesse trabalho não identificamos as palavras “pobreza” e “miséria” de forma relacionada à situação atual do Haiti.

3) Na USP identificamos o trabalho “Ao sul da fronteira cimarrón: o processo de redução dos negros do *maniel* de Neiba na Ilha de Española (1782-1795)” defendido por Elisângela Mendes Queiroz em 2012 no Mestrado em História. A autora possui graduação em História e mestrado em História Social pela USP e trabalha com temas como escravidão, *cimarronaje*, abolição, pós-abolição e festa³⁷. O trabalho dela foi orientado pela doutora em história social (USP), Maria Cristina Cortez Wissenbach³⁸.

O trabalho da pesquisadora buscou, por meio da análise do processo de redução do *maniel* de Neiba (território quilombola), situado na Serra do Baoruco, fronteira sul entre as colônias de Santo Domingo (atual República Dominicana) e *Saint-Domingue* (atual Haiti), na segunda metade do século XVIII. As fontes privilegiadas nessa pesquisa foram algumas correspondências pertencentes ao acervo do Arquivo General de Índias, em Sevilha. Para além dessa documentação, foi consultado também compêndios de história, memórias e legislações.

A análise realizada pela pesquisadora foi a partir dos estudos da historiografia contemporânea sobre as comunidades de escravos foragidos que vai contra a ideia de passividade construída pela história tradicional, e reconhece o negro enquanto agente histórico (QUEIROZ, 2012, p. 4). A pesquisadora quiz entender o *maniel* como um espaço alternativo à escravidão, “Um lugar com organização cultural e socioeconômica própria que, como tudo mais ao seu redor, interagiu com as diferentes esferas sociais que constituíam o mundo no qual estava inserido” (QUEIROZ, 2012, p. 96). Não identificamos neste trabalho as palavras-chave “miséria” e “pobreza” de forma relacionada ao Haiti ou à Rep. Dominicana.

4) Outro trabalho analisado foi “O Brasil no Século XXI: Princípio da Não Indiferença: Direitos Humanos e Poder na MINUSTAH”, defendido no programa de doutorado em História Comparada da UFRJ por Bianca Pereira Bittencourt em 2013. A historiadora com mestrado em Relações Internacionais estuda temas como história do Brasil e política externa brasileira,

³⁷QUEIROZ, E. M. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 04 fev. 2018. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0296142119795394>. Acesso em 20/01/2021.

³⁸WISSENBACH, M. C. C. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 16 dez. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0482641180722186>. Acesso em 20/01/2022.

direitos humanos e relações internacionais contemporâneas³⁹. O trabalho foi orientado por Sabrina Evangelista Medeiros, doutora em Ciência Política pelo IUPERJ e pós-doutorado em Ciência Política pela UFRJ com mestrado e graduação em História também pela UFRJ⁴⁰

O trabalho da autora analisa a política externa contemporânea brasileira em relação aos direitos humanos, a partir da aceitação do país em liderar a Missão de Estabilização da ONU no Haiti (MINUSTAH). Ela defende a tese de que o Brasil aceita participar da Missão da ONU conforme o princípio da sua política externa da não indiferença referente às necessidades das nações amigas. Mas o Brasil também faz uso dos direitos humanos como instrumento de poder político, no sentido de desempenhar papel de maior destaque no cenário internacional (BITTENCOURT, 2013, p. 12). As principais fontes estudadas no trabalho são as Resoluções 940 (1994), 1542 (2004) da ONU, os discursos do Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores desse período.

Dos 4 capítulos do trabalho, além das partes principais, analisamos o capítulo 4, em específico os pontos 4 e 4.1. Neste capítulo “Não Indiferença no Século XXI”, o Haiti aparece sob o prisma da pobreza, da miséria e da incapacidade do Estado haitiano em liderar a nação. Ao aceitar a Missão, o Brasil estaria “responde[ndo] ao grito de dor” haitiano (BITTENCOURT, 2013, p. 157). A primeira República negra da América Latina, outrora uma colônia próspera, é agora o país mais pobre do Ocidente e é marcada pela violência que se mostra uma constante, desde antes da independência até o tempo presente (BITTENCOURT, 2013, p. 161-162). “O Haiti permanecia, [assim] um País institucionalmente imaturo, politicamente instável, em que imperava ambiente de violência a comprometer a plena observação dos direitos humanos” (BITTENCOURT, 2013, p. 174).

Apesar do subtítulo do ponto 4.1 ser “Pobreza, conflito e violações na América Latina: o caso do Haiti”, a autora não estabelece nenhuma relação ou comparação entre o Haiti e os demais países da região. O Haiti aparece como um país peculiar como se os eventos históricos apontados pela autora (escravidão, processo de independência, ocupações estadunidenses, ditaduras, violações dos direitos humanos, desigualdades sociais) fossem estritamente pertencentes à realidade haitiana.

5) Também na UFRJ identificamos o trabalho defendido no Mestrado de História Comparada: “O uso da força em operações de manutenção da paz: uma análise comparada entre

³⁹BITTENCOURT, Bianca Pereira. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 06 jan. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2595875916200878>. Acesso em: 20/01/2022.

⁴⁰MEDEIROS, Sabrina E. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 28 de sep. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4154283885083698>. Acesso em 20/01/2022.

as missões das Nações Unidas no Haiti (1994-2010)” de Estevão Gomes Pinto de Abreu, defendido em 2010. Ele é graduado em Ciências Navais pela Escola Naval com algumas especializações na Escola de Guerra Naval⁴¹. O seu orientador foi Francisco Carlos Teixeira da Silva, doutor em História Social pela UFF, e possui Pós-Doutorado em História Política e Social⁴². O propósito geral desta dissertação é examinar o uso da força em operações de manutenção da paz da ONU e identificar os “fatores que diferenciaram e permitiram que a MINUSTAH, no período de 2004 a 2010, alcançasse o atual estágio durante o processo de estabilização da situação de segurança no Haiti, em comparação ao primeiro grupo de operações de manutenção da paz realizadas na década de 1990 [...]” (ABREU, 2010, p. 16). A pesquisa se deu a partir de um estudo comparativo.

Dos 4 capítulos demos principal atenção ao capítulo 3: “A crise do Haiti: dos primórdios até a MINUSTAH”, no qual são levantados e apresentados dados para a realização da análise comparada dos dois objetos de estudo. Nesse trabalho, de forma geral, ao igual que o trabalho anterior, o Haiti é analisado a partir do rótulo de país pobre, miserável, incapaz de se autogovernar e a Revolução Haitiana é analisada como um “filho bastardo da Revolução Francesa” (BRAGA, 2005, p. 48 apud, ABREU, 2010, p. 120). Houve uma tentativa de analisar o caso haitiano de forma relacionada a sua condição de país caribenho, no entanto ao longo do trabalho são reproduzidas tais afirmações: “Sua peculiar trajetória o difere inclusive de seus vizinhos caribenhos, tornando-o uma referência singular no estudo da história latino-americana” (ABREU, 2010, p. 114).

E para resolver os problemas da desigualdade social e da instabilidade política, investimentos importantes devem ser feitos na educação, já que “a cultura haitiana também é um grande impedimento para a reforma democrática, particularmente no cumprimento e na imposição da lei” (ABREU, 2010, p. 248). Pois o haitiano tende culturalmente a ser violento, vingativo e a querer fazer justiça pelas próprias mãos (ABREU, 2010, p. 140, 248). O Haiti é então um país selvagem.

6) Outro trabalho analisado produzido na UFRJ é a dissertação “República Dominicana e Haiti: Tropas Brasileiras em Missões de Paz (1965-2005)” defendida em 2013 no Programa de História Comparada. O autor Fernando Velôzo Gomes Pedrosa é oficial da reserva do Exército Brasileiro, bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras,

⁴¹Informações coletadas do site Escavador. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/575718/estevao-gomes-pinto-de-abreu>. Acesso em 21/01/2022.

⁴²TEIXEIRA DA SILVA, F. C. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 04 out. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3621401615186277>. Acesso em 21/01/2022.

mestre em História Comparada pela UFRJ e doutor em História pelo mesmo programa⁴³. Trabalha atualmente como pesquisador do Instituto Meira Mattos, da ECEME. Tem experiência nas áreas de Defesa, Estratégia, História Militar, Administração Pública e Educação Militar. O seu orientador Alexander Zhebit é formado em Letras (tradução Inglês - Português - Russo) pela Universidade Linguística Estatal de Moscou, doutor e livre-docente em História de Relações Internacionais e Política Externa pela Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores da Rússia⁴⁴.

O tema do trabalho do autor é a participação militar brasileira nas operações de paz na República Dominicana (1965-1966) e no Haiti (2004-2005). Busca identificar as razões que determinaram a decisão do governo brasileiro de participar de ambas missões; o desempenho das forças brasileiras no terreno; e o cumprimento dos mandatos das missões. A proposta metodológica do trabalho é a da História Comparada. O trabalho conclui que, quando o Governo brasileiro apoiou a iniciativa de criação de uma força de paz da OEA na República Dominicana, seu principal interesse era a manutenção do *status quo* no hemisfério ocidental, lutando contra o comunismo. Mas a decisão brasileira de enviar tropas para integrar a Força de Paz da ONU no Haiti refletia a nova postura do governo brasileiro, que buscava a consolidação da sua posição de liderança na América Latina e a mudança do *status quo* no âmbito mundial.

Dos 3 capítulos, nos dedicamos à leitura do primeiro: “Conjuntura e decisão política” no qual, o autor faz uma breve descrição histórica das causas que levaram às crises dominicana e haitiana, examina as causas das intervenções, o papel da OEA e da ONU em cada caso e a decisão do governo brasileiro de contribuir com tropas para a constituição das respectivas forças de paz. Comparando as descrições históricas que o autor faz da República Dominicana e do Haiti, observamos que os dois países são tratados de maneira bem diferente. De forma bastante resumida e sucinta, em apenas algumas linhas, elementos como a instabilidade política, a desigualdade social, a ditadura do Rafael Leónidas Trujillo, o golpe militar que sofreu Juan Bosch e o contexto da Guerra Fria são apontados para explicar a intervenção na República Dominicana. Mas, o autor dedica um subcapítulo inteiro à “Contextualização histórica” do Haiti, e traz essas informações:

O Haiti é um país singular. Único país francófono da América Latina [...] foi a primeira república negra e o primeiro país latino-americano a proclamar independência em 1804, após um sangrento processo revolucionário que durou mais de 12 anos. A partir daí, sua história tem sido uma sucessão de episódios de violência. [...] A população haitiana está etnicamente segmentada em 95% de negros e 5% de

⁴³PEDROSA, F. V. G. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 16 fev. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6146470504474363>. Acesso em 20/01/2021.

⁴⁴ZHEBIT, A. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 19 jan. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2417472013381368>. Acesso em 20/01/2022.

mulatos e brancos. [...] No caso haitiano, sutis gradações da cor da pele, correspondentes a variáveis níveis de miscigenação com sangue europeu, geram uma clivagem social que chegou a ser descrita com uma sociedade de castas. [...] O país tem dois idiomas oficiais, o Francês e o Creole, que é uma forma simplificada e corrompida do francês [...]. Em 2003, o país era o mais pobre do Hemisfério Ocidental, com 80% da população abaixo da linha da pobreza e 47,9% de analfabetos entre jovens e adultos (PEDROSA, 2013, p. 61-62 e 65).

Prevalecem na análise do Haiti os estigmas dos rótulos que relacionam o país à pobreza, à miséria e à incapacidade de se autogovernar. “O Haiti é um país singular” (PEDROSA, 2013, p. 61), tão singular que é desconhecido e informações específicas são necessárias como sobre as línguas faladas no país, a sua formação demográfica e étnica, a questão do colorismo etc. Esses dados particulares oferecidos ao leitor sobre o Haiti, não foram constatados no caso da República Dominicana, não tão singular quanto o Haiti.

4.2. Martinica, Barbados e outros países insulares

1) O primeiro trabalho que analisamos é “Barbadianos negros e estrangeiros trabalho, racismo, identidade e memória em Belém de início do século XX”. Esta tese é de Maria Roseane Corrêa Pinto Lima, historiadora com mestrado em antropologia pela UFPA e doutorado em História pela UFF. Seus temas de pesquisa são história dos negros, barbadianos no Pará, identidade, trabalho, imigração, escravidão, racismo⁴⁵. Seu trabalho foi orientado por Gladys Sabina Ribeiro, historiadora doutora pela UNICAMP com pós-doutorado em história pela UFRJ⁴⁶.

O objeto do trabalho da pesquisadora produzido em 2013, é pesquisar a imigração de trabalhadores negros provenientes do Caribe inglês, mais especificamente de Barbados para o Pará, no contexto das primeiras décadas do século XX, no Brasil da pós-abolição, de forma entrecruzada com as questões de raça, classe e gênero. As principais fontes utilizadas foram registros escritos, orais e imagéticos que remetem aos barbadianos na região amazônica e fornecem indícios da forma como foram percebidos naquele local (LIMA, 2013, p. 15). O trabalho está dividido em 4 capítulos e nos dedicamos à leitura do primeiro capítulo, o introdutório, e o segundo. Nesses dois capítulos a autora apresentou, entre outros, as descrições

⁴⁵LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 20 out. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0040917069487308>. Acesso em 20/01/2021.

⁴⁶RIBEIRO, G. S. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 24 out. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2090092482708410>. Acesso em 20/01/2021.

“nada elogiosas sobre os negros nas Antilhas” (LIMA, 2013, p. 211) reproduzidas na imprensa paraense por intelectuais como Raymundo Moraes e José Veríssimo.

De forma geral, o estudo se deu no contexto atlântico, procurando estabelecer ligações históricas entre o Brasil e o Caribe; um Caribe, sobretudo, antilhano. Movida pela historiografia social inglesa, a pesquisadora se valeu de “uma perspectiva historiográfica atenta às experiências dos sujeitos, às histórias de indivíduos e/ou grupos nem sempre considerados como tais” (LIMA, 2013, p. 32). Ou seja, atenta à agência dos sujeitos para refletir sobre os imigrantes e o reconhecimento deles como sujeitos de direitos (LIMA, 2013, p. 31). Ela fornece informações sobre a perspectiva que se tinha no Brasil, no período estudado, dos barbadianos em específico, mas também daqueles vindos de outras Antilhas como Trinidad, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadas. A imprensa brasileira, do Pará, no início do século XX descrevia Barbados como ““uma cidade bastante adiantada” por seu comércio e arquitetura” (LIMA, 2013, p. 69), mas a “pequena ilha britânica” era castigada pelo poder divino por furacões e ciclones. O povo, igual à população de São Tomás e Santa Lúcia, era negro vagabundo e incivilizado, “fracos diante do poder do Brasil e de sua marinha” (LIMA, 2013, p. 82).

Os negros caribenhos eram imigrantes - que vinham por incentivo das empresas inglesas e não por incentivo do Estado brasileiro, pois, contrastavam com o ideário de civilização brasileiro. Ao mesmo tempo, necessários para urbanização da região eram indesejáveis pois atrapalhavam o projeto de embranquecimento do Pará (LIMA, 2013, p. 29). No entanto, além de serem negros, considerados de uma raça inferior, eram de uma nacionalidade dominada - súdita britânica. Mas seus costumes manifestamente diferentes - “falavam inglês, eram anglicanos, alfabetizados, [...], usavam roupas à moda inglesa” (LIMA, 2013, p.214-215) os conferia uma certa “vantagem” comparado aos negros brasileiros recém saído da escravidão. Observa-se a existência de um olhar exótico de Barbados e dos barbadianos. Barbados era uma “cidade” avançada com um comércio ativo, belas arquiteturas, porém perigosa, castigada pelo poder divino com fenômenos naturais. Os barbadianos eram um povo alfabetizado, às vezes visto como formoso, mas também visto a partir de olhares depreciativos marcados pelo racismo.

2) Outro trabalho analisado foi a tese de Leticia Gregorio Canelas: “Escravidão e Liberdade no Caribe Francês: a alforria na Martinica sob uma perspectiva de gênero, raça e classe (1830-1848)” defendida em 2017 na UNICAMP. A pesquisadora historiadora atualmente está cursando um pós-doutorado em história na USP. Seus temas de pesquisa são: escravidão, alforria, Caribe Francês, história das mulheres africanas e afrodescendentes na América e no

Caribe, cultura afro-americana e afro-caribenha⁴⁷. Sua pesquisa de doutorado foi orientada por Robert Wayne Andrew Slenes, graduado em Liberal Arts e com mestrado em Literatura Espanhola e Hispano-americana e doutorado em história, com alguns pós-doutorados⁴⁸.

A autora buscou, por meio da história da escravidão na América Latina e no Caribe, compreender os processos de conquista da alforria pelas mulheres escravizadas nos últimos anos de escravidão nas Antilhas Francesas, em específico na Martinica entre 1830 e 1840. A intenção dela é identificar as mulheres afrodescendentes como protagonistas das estratégias e projetos de liberdade, individuais e coletivos. Nesse sentido, as noções de classe, raça e gênero foram essenciais para a autora, que realizou sua pesquisa sob a perspectiva da história social, da história vista de baixo. A pesquisa foi realizada a partir de um método interpretativo das fontes seriais, manuscritas, criminais, censitárias, literárias, fontes pesquisadas sobretudo nos *Archives Nationales d'Outre Mer* e na Biblioteca Nacional da França.

O trabalho está dividido em 2 partes subdivididas em 3 capítulos cada uma. Nos dedicamos à leitura da Introdução e do ponto 3: “O Caribe Francês e a Martinica” para observar as principais descrições que a autora faz do Caribe de forma geral e da Martinica em particular. Na primeira parte introdutória, a autora faz uma descrição geográfica da ilha de Martinica, apresenta sua divisão administrativa, estabelece relações históricas com outras ilhas do caribe, sobretudo com as colônias de *Saint-Domingue* e da Guadalupe a partir da colonização francesa, do sistema escravista que as transformaram em importantes regiões produtoras de açúcar, da sua população majoritariamente negra e dos importantes movimentos de resistência dos escravizados. Ao procurar as nossas palavras-chaves “pobreza” e “miséria”, não as identificamos, como também nenhum estereótipo e exotismo acerca do Caribe ou da Martinica.

3) Outro trabalho que analisamos foi a tese “Não diga que não somos brancos: os projetos de colonização para afro-americanos do governo Lincoln na perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil dos 1860” de Maria Clara Sales Carneiro Sampaio defendida em 2013 na USP. A pesquisadora é historiadora com mestrado e doutorado em história social pela USP. Os seus principais temas de pesquisa são: a Escravidão e Abolição, Diversidade e Tolerância, Relações de Trabalho e Migrações, Relações Raciais e de Gênero⁴⁹. O seu trabalho foi orientado

⁴⁷CANELAS, Leticia G. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 7 jan. 2022. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9926814061461975>. Acesso em 20/01/2022.

⁴⁸ SLENES, Robert W. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 29 de sep. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3081285853679184>. Acesso em 20/01/2022.

⁴⁹SAMPAIO, M. C. S. C. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 19 out. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2056457250533759>. Acesso em 20/01/2022.

por Maria Helena Pereira Toledo Machado historiadora com mestrado e doutorado em história social pela USP⁵⁰.

A partir de uma história social da escravidão, de uma história política e de uma história atlântica a autora estuda os projetos de colonização da Guerra de Secessão nos Estados Unidos - uma tentativa do país se livrar dos negros e resolver a questão racial. Seu objetivo é, a partir da análise de fontes documentais de natureza oficial, pesquisar a “questão do negro” dentro dos Estados Unidos em plena Guerra Civil (1861-1865), permitindo uma melhor compreensão do debate sobre a construção das ideias de raça e de pertencimento nesse país como na América Latina e no Caribe. Também analisou a questão da resistência das comunidades afrodescendentes a esse projeto e suas tentativas de construção de cidadanias negras.

O trabalho está dividido em 6 capítulos e dentre eles nos dedicamos à análise dos dois últimos, o 5: “O Caribe: Liberdade, Controle da Mão de Obra, o Trabalho Dependente” e o 6 “Futuras Perspectivas”. Neles a autora tratou sobre as trocas diplomáticas entre alguns países caribenhos com os Estados Unidos para o recebimento de negros e de pessoas de cor como trabalhadores. Também tratou das reações de alguns setores afro-americanos frente às ideias de colonização. O Haiti é nesse sentido analisado pela autora à parte - no capítulo 6 junto com a Libéria. Ela não deixou de estabelecer relações entre eles e os outros países analisados, pois o foco da autora é realizar uma história conectada. Visto a importância simbólica do Haiti para os afrodescendentes, o seu caso foi contextualizado em relação com as comunidades afro-americanas. Pois, “por particularidades da independência e da construção nacional do Haiti, o país figurava dentre muitos grupos afro-americanos como um lugar de possibilidades reais de igualdade social e política para eles” (SAMPAIO, 2013, p. 221).

Um ponto diferente que observamos na análise deste trabalho é que a autora explicita o Caribe a qual faz referência e coincide com a noção de Caribe insular de Antonio Gaztambide-Geigel (2006) - a autora usa também, entre outras, a referência de Sidney Mintz. Os países caribenhos que a autora analisa são majoritariamente coloniais que participaram das negociações com os Estados Unidos: a ilha dinamarquesa de Santa Cruz, o Suriname holandês e as colônias inglesas da Jamaica, Belize (Honduras Britânicas), a Guiana Britânica e o Haiti. Não identificamos nenhum uso estereotipado ou exótico do Caribe analisado.

4) O último trabalho deste subitem é a tese de doutorado intitulada “‘Sem que lhes obste a diferença de cor’: a habilitação dos pardos livres na América portuguesa e no Caribe espanhol

⁵⁰MACHADO, M. H. P. T. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 8 dez. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2466501217380597>. Acesso em 20/01/2022.

(c. 1750-1808)”, defendido por Priscila de Lima Souza⁵¹ em 2017 na USP. Sua tese foi orientada por Rafael de Bivar Marquese, historiador com mestrado e doutorado em história pela USP⁵². Por meio de uma abordagem comparada, esta tese pesquisou o processo de transformação do status social dos pardos livres entre a segunda metade do século XVIII e o ano de 1808 na América portuguesa e o Caribe espanhol. Os países pesquisados do Caribe Espanhol são o Vice-Reino de Nova Granada, a Capitania Geral da Venezuela e a Capitania Geral de Cuba. Seu entendimento do Caribe se aproxima da noção de “Grão Caribe” que inclui partes continentais da América Central e do Sul e as Antilhas. O principal foco da tese é a análise dos “fundamentos dos estigmas associados aos pardos e, por outro lado, as pressões exercidas pelos próprios pardos com o objetivo de superar as restrições legais” (SOUZA, 2017, p. 6).

As principais fontes utilizadas pela autora foram alguns requerimentos produzidos pelos pardos, a legislação, dicionários, relatos de viajantes, sermões religiosos, documentação produzida pela burocracia imperial. Sendo nosso recorte a região do Caribe insular, analisamos as informações acerca da Capitania Geral de Cuba. De forma geral, as informações são referentes à divisão administrativa da Capitania, do sistema defensivo e o lugar reservado às pessoas pardas, que sofriam de um controle social bastante rígido comparado com os demais territórios espanhóis e enfatizando sua agência com sujeitos históricos. Também não identificamos nenhuma descrição estereotipada ou exótica do Caribe estudado.

4.3 Referente à Cuba

Na tabela 1 observamos que entre os países mais pesquisados se encontra Cuba. Nas universidades listadas localizamos 21 trabalhos - deles não conseguimos 2 para análise - entre dissertações e teses. Devido ao grande volume de trabalhos encontrados, optamos por realizar uma análise mais geral, lendo apenas o resumo de cada trabalho, ao contrário da análise dos outros países. Tratando-se de um artigo de TCC, as possibilidades se tornam um pouco mais limitadas.

O número de trabalhos encontrados sobre Cuba nos leva a concluir que, se o Caribe não ocupa um lugar central na história acadêmica recente brasileira, Cuba consiste, no entanto, em uma exceção. Pesquisando a palavra chave “Cuba” no Catálogo de Teses e Dissertações da Plataforma Capes com os seguintes recortes: Tipo: Mestrado e doutorado acadêmico; Grande

⁵¹ Não conseguimos localizar na web as informações profissionais da pesquisadora.

⁵²MARQUESE, R. B. Currículo do sistema currículo Lattes. Brasília, 24 nov. 2021. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3105926042910211>. Acesso em 20/01/2022.

Área Conhecimento: Ciências Humanas; Área Conhecimento: Todas as opções de história, localizamos 135⁵³ trabalhos produzidos a partir de 1995. Desde os anos 2000 as pesquisas foram mais constantes com números que variam entre 3 e 10 por ano. Algumas das universidades que mais produzem sobre esse país caribenho são a USP (25); UFG (13); UFRJ (11); UNB (13); UFF (7); UFBA (5); UFMG (5) UNICAMP (4); UFRGS (4). E, comparativamente com os demais países, os temas pesquisados são também bem mais diversificados. Os trabalhos tratam de cinema, do feminismo, de revistas científicas e culturais, de aspectos políticos e culturais da Revolução Cubana, de questões raciais, da escravidão, de estudos comparativos que estabelecem relações entre Cuba, Brasil, Estados Unidos e alguns países africanos⁵⁴, a grande maioria, no entanto analisa questões relacionadas à Revolução de 1959.

A produção mais consistente sobre Cuba nos cursos de história no Brasil desde 1995 e a quantidade maior de trabalhos encontrados em comparação com outros países do Caribe insular podem ser entendidas com a intensificação das relações internacionais entre o Brasil e Cuba a partir dessa década. As mudanças trazidas com o fim da União Soviética na década de 1990 e, portanto, da Guerra Fria têm levado Cuba a “regressar à América Latina”, como argumentou Centeno, [e com isso observa-se] que importantes atores emergentes na América Latina também estão “a regressar a Cuba” com um entusiasmo bastante inesperado [...]” (HOFFMANN; WHITEHEAD, 2006, p. 11. Tradução nossa⁵⁵). No caso do Brasil, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016) tem intensificado as relações com a América Latina e o Caribe e tem se aproximado de Cuba através de uma relação comercial, de uma política de financiamento/investimento e de cooperação científica, técnica e tecnológica e o desenvolvimento de programas sociais (SANTOS; DA SILVA, 2016; BRESSAN, 2017).

Mas também os trabalhos encontrados sobre Cuba provavelmente referem-se a um excepcionalismo cubano na historiografia brasileira (HOFFMANN; WHITEHEAD, 2006). Um “excepcionalismo” positivo que estuda o país como um modelo revolucionário contra o imperialismo estadunidense na região, o que suscita o interesse pela pesquisa de aspectos históricos, econômicos e culturais do país.

⁵³ Conferir a nota 25.

⁵⁴ Os trabalhos estão no ponto 5.1 Fontes.

⁵⁵ [...] “*returning to Latin America*” as argued by Centeno, but also that important emerging actors in Latin America are “*returning to Cuba*” with rather unexpected enthusiasm, with Chávez and Bolivia’s Evo Morales being the most prominent cases. (Texto original no inglês).

5. Considerações finais

Este trabalho propôs fazer uma radiografia dos estudos históricos acadêmicos relacionados ao Haiti e por extensão ao Caribe insular, no Brasil durante a última década, a partir da análise documental. Para uma melhor sinterização dos trabalhos encontrados, foram divididos em 3 grupos: 1) Haiti/*Saint-Domingue* e a República Dominicana; 2) Martinica, Barbados e outros países insulares; 3) e Cuba. Entre 2010 e 2020, nas universidades analisadas (UFMG, UFF, UNICAMP, UFRGS, USP, UFRJ, UNILA, UFMA e UNIFAP) localizamos o total 32 trabalhos, entre dissertações e teses que analisam algum país do Caribe insular. Desses 32 trabalhos, 21 analisam Cuba. Ou seja, se quantitativamente, a história acadêmica recente no Brasil tem reservado um lugar de pouco destaque ao Caribe insular de forma geral, Cuba, no entanto, é a exceção, se bem que aparece muito mais como latino-americano do que como caribenho. Em relação aos temas pesquisados, Cuba também se destaca, pois os temas ao seu respeito são bem mais diversificados.

Se nos demais trabalhos que analisam Martinica, Barbados e outros países insulares como Jamaica, Santa Cruz, Suriname, Belize e Guiana Britânica noções como a migração, trabalho e gênero aparecem, de forma geral, estudam a questão racial. Apontam para o período colonial, a escravidão; dois estabelecem relações entre esses países com os Estados Unidos do contexto da guerra da Secessão e com o Brasil pós-abolicionista. Já, os trabalhos acerca do Haiti e da República Dominicana, podem ser divididos entre 2 grupos: 1) sobre o período colonial e a escravidão; 2) e o período pós-colonial e a formação do Estado-nação em relação a crises políticas e a intervenções militares no âmbito das “operações de paz”. Assim, observamos que os recorte temáticos acerca do Caribe são ainda os mais tradicionais - escravidão e a questão racial. Mas, do que esses recortes temáticos são sintomas? O que justifica esse interesse temático? Talvez respondamos em outros trabalhos.

Não localizamos nenhum trabalho que analisasse a arte popular, o patrimônio nacional, a questão religiosa, questões historiográficas, estudos desde a história das mentalidades, estudando pensadores e intelectuais desses países, por exemplo. As possibilidades são infinitas, porém, não exploradas. Outra questão foi de observar que nos trabalhos analisados, apenas um identificou o Caribe que pretendia estudar, é como se fosse meio óbvio à região a qual o Caribe faz referência e que, portanto, não tivesse a necessidade de identificá-lo. Em contrapartida, a maioria dos trabalhos, independentemente do país analisado, o fez num contexto caribenho. De forma geral, observamos também que a grande maioria dos trabalhos não são carregados de ideias estereotipadas e exotizadas acerca do Caribe, tirando o Haiti e Barbados. No caso de Barbados vemos que os imigrantes negros, trabalhadores dessa ilha no Pará, têm sofrido de

xenofobia mesclado com racismo num Brasil pós-abolicionista. Situação, aliás, à qual os imigrantes negros africanos, caribenhos e latino-americanos são submetidos na contemporaneidade no país.

Enquanto o trabalho acerca de Barbados descreve as percepções preconceituosas da sociedade Brasileira acerca desses imigrantes nas primeiras décadas do século XX, em 3 dos 6 trabalhos que tratam do Haiti, os preconceitos são produzidos pelos próprios pesquisadores. Aparecem afirmações do tipo: o Haiti é um país institucionalmente e politicamente imaturo, incapaz de se autogovernar; o haitiano é culturalmente violento; o crioulo é uma deformação do francês; a sociedade é racialmente dividida em casta; a Revolução Haitiana é o “filho bastardo da Revolução Francesa”. São afirmações bastante racistas, e tratando-se de trabalhos recentes, produzidos entre 2010 e 2013, nos surpreende a reprodução de questões superadas há tempo pelas ciências sociais referente por exemplo, a língua crioula, e ao colorismo no país. Outro ponto que nos chamou a atenção é o fato desses 3 trabalhos terem sido produzidos no PPG em História Comparada da UFRJ e dois deles são produzidos por pesquisadores não graduados em história e que são membros do Exército brasileiro. Podemos analisar os trabalhos, portanto, menos como discursos de historiadores do que como discursos do exército brasileiro e a necessidade de justificar e comprovar sua presença no Haiti no contexto da MINUSTAH, fazendo uso da retórica salvacionista da modernidade? (MIGNOLO, 2008).

Enfim, o país está relacionado às tragédias, apresentado sob a retórica da pobreza e da miséria. Ele é também nesses estudos um país muito peculiar e quase nenhuma relação com outros países da região é estabelecida. Michel-Rolph Trouillot (2020) trata dos riscos dessas leituras que analisam o Haiti como singular demais, como uma exceção histórica e sociocultural. O excepcionalismo haitiano, ao contrário do excepcionalismo cubano, é negativo, e, ajuda à reprodução de estereótipos e estigmas acerca do país; reforça a marginalização do país. De tão único, o Haiti se torna estranho, inexplicável e sem possibilidade de comparação ou de estabelecer reais relações com os demais países do mundo, mas também dificulta estudos empiricamente sérios da realidade haitiana.

Os trabalhos analisados apontam para a formação de um determinado tipo de valores, posicionamentos políticos e éticos de seus autores. Pois, o trabalho historiográfico não é neutro, a escolha do tema, das fontes, do problema a ser estudado são escolhas conscientes e apreendidas desde critérios científicos do fazer historiográfico. O discurso do historiador, do acadêmico, de forma geral, se estabelece muitas vezes como autoridade, pois, este ocupa um lugar de poder ratificado pela Universidade e consegue, conseqüentemente, impor uma certa visão de mundo aos seus leitores. Os estereótipos reproduzidos acerca do Haiti dizem muito do

imaginário social mantido pela memória coletiva e renovado pelas grandes mídias acerca do país, porém não questionado, não criticado.

Nossa pesquisa está longe de ser concluída, a perspectiva é poder dar continuidade mais adiante trazendo outras questões, algumas delas inclusive levantadas pela banca de defesa, como uma análise mais interseccional em especial entre raça e gênero e nacionalidade; um estudo mais voltado para a interdisciplinaridade e a cultura escolar; pesquisando outras fontes, como revistas especializadas, trabalhos apresentados em eventos acadêmicos, em outras universidades etc. No entanto, neste momento quisemos evidenciar a importância da pesquisa em história que ajuda a entender diversos problemas contemporâneos.

Nesse trabalho apontamos que se nos últimos anos do século XX o Brasil se aproximou dos seus vizinhos latino-americanos, ele, no entanto, continuou distante do Caribe, sobretudo do Caribe insular e do Haiti. Tal distanciamento se observa na pouca persistência da análise dessa região na historiografia recente do país. Para entender tal situação apontamos algumas possíveis explicações como a própria configuração do Estado-nação brasileiro; os interesses meramente estratégicos do Brasil para com o Caribe no âmbito das relações internacionais; e a produção de conhecimento no Brasil que tem dialogado muito mais com a Europa e os Estados Unidos do que com os países da região. Enfatizamos que esses pontos podem ser também atribuídos a muitos outros países latino-americanos e caribenhos, e podem ser analisados a partir das teorias decoloniais.

Uma vez que a colonialidade fez da ocidentalização uma aspiração, um padrão, a aproximação com o “Centro” é sempre almejada, já que, a cultura do europeu e estadunidense é um meio para ter acesso ao poder por meio da “civilização”. Afinal, a modernidade/colonialidade trouxe várias hierarquias, entre elas, a hierarquia estética, linguística, religiosa, racial, étnica, de gênero e sexual, a hierarquia do conhecimento e da subjetividade (MIGNOLO, 2017). Visto que a colonialidade definiu tal relação – a do Brasil com a América Latina e o Caribe -, a decolonialidade, sua contrapartida, pode ser, conseqüentemente, um possível caminho para se (re)pensar esta relação e os discursos acerca do Caribe insular e do Haiti nos estudos históricos no Brasil.

6. Referências bibliográficas

ÁGUILA, Gabriela. La enseñanza de la historia latinoamericana contemporánea y las perspectivas comparadas. Algunas breves reflexiones. Bohoslavsky, Ernesto; Geoghegan, Emilce; González, María Paula (Compiladores), **Taller de reflexión sobre América Latina. Los desafíos de investigar, enseñar y divulgar sobre América Latina**, UNGS, 2011.

DA SILVA SANTIAGO, Léia Adriana; RANZI, Serlei Maria Fincher. As propostas do Setor Educacional do Mercosul para o ensino de História. **Práxis Educativa**, v. 8, n. 2, p. 443-463, 2013.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. A “**Invenção da América**” na cultura escolar. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77191>. Acesso em 05/03/2022.

ELÍAS CARO, Jorge E. Integración y fronteras en el Caribe. Nuevas visiones. In: ELÍAS CARO, Jorge E.; VALLEJO S., Fabio. (Ed.). **Los mil y un Caribe...** 16 textos para su (des) entendimiento. Colombia: Universidad del Magdalena, 2009. p. 85-125.

ESCOBAR, Arturo. “Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latino-americano”. **Tabula Rasa**, núm. 1, pp. 51-86, enero-diciembre, 2003.

ESTEREÓTIPO. In: MICHAELIS, Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/estere%C3%B3tipo>. Acesso em 22/01/2022.

ESTEREÓTIPO. In: PRIBERAM, Dicionário de Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/estere%C3%B3tipo>. Acesso em 22/01/2022

FARIAS, Déborah Barros Leal. O Brasil e o Caricom. **Rev. Bras. Polít. Int.** v. 43, n. 1, p. 43-68, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/25570>. Acesso em 09/01/2022.

FINOCCHIO, Silvia. América Latina: nuevos rumbos en los saberes educativos. **Boletín de la Biblioteca del Congreso de la Nación**, Buenos Aires, Nº 126, p. 103-115, 2012.

FREITAS Itamar. Contribuições para o estabelecimento de alguns marcos institucionais sobre o ensino superior de História no Brasil: uma crônica das origens (1908/1946). In: Histórias do Ensino de História no Brasil (v. 2). São Cristóvão: Editora da UFS, 2010. p. 199-206. Disponível em: https://www.academia.edu/11197219/HIST%C3%93RIAS_DO_ENSINO_DE_HIST%C3%93RIA_NO_BRASIL_V_2. Acesso em 13/03/2022.

FREITAS, Maria Teresa. EXOTISMO E ALTERIDADE: HISTÓRIAS BRASILEIRAS DE BLAISE CENDRARS. **Revista USP**, n. 38, p. 178-184, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/28413>. Acesso em: 09-02-2021.

GAZTAMBIDE, Antonio. La invención del Caribe a partir de 1898 (Las definiciones del Caribe, revisitadas). **Jangwa Pana**, Magdalena, Colombia, n. 5, p. 1-24, nov. 2006. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo630426-la-invinci%C3%B3n-del-caribe-a-partir-de-1898-las-definiciones-del-caribe-revisitadas. Acesso em 15/09/2021.

GOMEZ, E. Alejandro. **Le Syndrome de Saint-Domingue**: perceptions et représentations de la révolution haïtienne dans le monde atlantique, 1790-1886. Thèse (Doctorat en Histoire) - ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES, Paris, 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”, In: Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, No.1, 1988, pp.5-27.

HELLER, Leonid. Décrire les exotismes: quelques propositions. **Études de lettres**, Lausanne, 2-3, p. 317-348, 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/edl/447>. Acesso em: 05/02/2021.

HOFFMANN, Bert; WHITEHEAD, Lawrence. “Cuban exceptionalism revisited”. **German Institute for Global and Area Studies (GIGA)**, n. 28, September 2006, p.25. Disponível em: <https://www.giga-hamburg.de/en/publications/giga-working-papers/cuban-exceptionalism-revisited>. Acesso em: 25/05/2021.

JESUS, Alex Dias de. Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020. Disponível em: [DSpace UFGD: Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul](#). Acesso em 10/09/2021.

JOSEPH, Handerson. A morte do presidente do Haiti e o neocolonialismo. Instituto Humanitas Unisinos, 12 de Julho de 2021. Disponível em: <[A morte do presidente do Haiti e o neocolonialismo - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#)>. Acesso em 11/09/2021.

JUNIOR LIMA, Eduardo B. et al. Análise Documental como Percurso Metodológico na Pesquisa Qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p.36-51, 2021. Disponível em: [ANÁLISE DOCUMENTAL COMO PERCURSO METODOLÓGICO NA PESQUISA QUALITATIVA | Brandão Lima Junior | Cadernos da FUCAMP](#). Acesso em 18/09/2021.

KALIL-ALVES, Thamar; DE OLIVEIRA, Wellington. O ensino de história da América Latina no Brasil: sobre currículos e programas Magis. **Revista Internacional de Investigación en Educación**, Colombia, vol. 3, núm. 6, enero-junio, 2011, pp. 283-298.

KNAUSS, Paulo. Conhecimento histórico acadêmico. In: FERREIRA, Marieta Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Cord.). **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 47-49.

LIMA, Anderson Vargas de. Totais de estrangeiros cadastrados: Nacionalidade/UF/ País de nacionalidade: Rep. do Haiti. MJSP - Polícia Federal, 2017.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. O ensino de História no Brasil: Contextualização e abordagem historiográfica. **História Unisinos**, v. 15, n. 1, p. 41-49, 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/959>. Acesso em 06/01/2021.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **PUC-Rio**, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2017.

MIGNOLO, Walter. La opción descolonial. **Revista Letral**, n. 1, p. 4-22, 2008. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/letral/article/view/3555>. Acesso em 16/05/2022.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **PUC-Rio**, Rio de Janeiro – RJ, Brasil, 2017.

NASCIMENTO, Washington Santos. São Domingos, o grande São Domingos: repercussões e representações da Revolução Haitiana no Brasil escravista. **Dimensões**, Vitória, v. 21, p. 125-142, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/dimensoes/article/view/2486>. Acesso em: 29/10/2021.

MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravocrata**: O que não deve ser dito. 1ra ed, Jundiaí/SP: Paco, 2017, 348, pp.

PRADO, Maria Lígia Coelho do.. O Brasil e a distante América do Sul. **Revista de História**, São Paulo, n. 145, p. 129-149, dez. 2001a.

PRADO, Maria Lígia Coelho do.. “À guisa de introdução: pesquisa sobre História da América Latina no Brasil”. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, v. 1, p. 10-11, 2001b. Disponível em: [À Guisa de Introdução: Pesquisa sobre História da América Latina no Brasil | Revista Eletrônica da ANPHLAC](#). Acesso em 15/09/2021.

QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **CLACSO**, Buenos aires, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (compiladores). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 93-127.

ROCHA, Mendes Leandro. Do MERCOSUL a Caribe: quando o Brasil se descobre Americano. **Revista Brasileira do Caribe**, v. 1, n. 1, p. 85-105, ago./dez., 2000. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe/article/view/3386/1416>. Acesso em 09/01/2022.

SANTANA CASTILLO, Joaquín. Repensando el Caribe: Valoraciones sobre el Gran Caribe Hispano. **Revista Clío América**, Santa Marta. V. 1, n. 2, p. 303-334, 2007. Disponível em: <https://revistas.unimagdalena.edu.co/index.php/clioamerica/article/view/351>. Acesso em: 17/09/2021.

SANTOS, Bruno Almeida; DA SILVA, Marcos Antonio. As relações contemporâneas entre Brasil e Cuba: do intercâmbio comercial à cooperação. **Conjuntura Global**, vol. 5 n. 3, set./dez, 2016, p. 622 – 637. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/50549>. Acesso em 09/05/2022.

SCHMIDT, Maria A. M. dos Santos. Historiografía de la enseñanza de la historia de Latinoamérica en Brasil. **Revista RIEL**, ano 4 n. 127 Jan. 2020.

SILVA, Norma L. da; FERREIRA, Marieta de M. Os caminhos da institucionalização do ensino superior de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul.-dez. 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11242>. Acesso em 08/01/2022.

STASZAK, Jean-François. Qu'est ce que l'exotisme? **Le Globe, Revue genevoise de géographie**, n. 148, p. 7-30, 2008. Disponível em: https://www.unige.ch/sciences-societe/geo/files/4314/4464/7645/Globe2008_Article1_.pdf. Acesso em: 20/01/2021.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TROUILLOT, M.-R. **Silenciando o Passado**: Poder e a Produção da História. Curitiba: Huya, 2016, 263p.

TROUILLOT, M.-R. O estranho e o ordinário: o Haiti, o Caribe e o mundo. **Vibrant**. Brasil, n. 17, p. 1-8, 2020. Disponível em: <http://www.vibrant.org.br/lastest-issue-v-17-2020/>. Acesso em: 04/11/2021.

6.1 Fontes

ABREU, Estevão G. P. de. **O uso da força em operações de manutenção da paz**: uma análise comparada entre as missões das Nações Unidas no Haiti (1994-2010). Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

BITTENCOURT, Bianca Pereira. **O Brasil no Século XXI**: Princípio da Não Indiferença: Direitos Humanos e Poder na MINUSTAH. Tese (Doutorado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CALEGARI, Ana Paula Cecon. **Trajetória partidária e cultura política dos comunistas em Cuba entre as décadas de 1920 e 1960**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2021.

CANELAS, Leticia G. **Escravidão e Liberdade no Caribe Francês**: a alforria na Martinica sob uma perspectiva de gênero, raça e classe (1830-1848). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2017.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Questão de Cuba**: a política externa independente e a crise dos mísseis. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2014.

FELIPPE, Eduardo Ferraz. **A resignação de Sísifo**: tradição, cultura política e história na obra do moderno vetusto Alejo Carpentier (1928-1980). Tese (Doutorado em História social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2013.

FERRER, Monica Villares. **Arte fotográfica e liberdade de expressão**: um diálogo entre Brasil e Cuba (1960-1990). **Dissertação (Mestrado em história) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2010.**

FREDEL, Karla Maria. **Arqueologia de gênero nas cidades de Pelotas/RS - Brasil e Habana Vieja/Habana - Cuba: século XIX**. Tese (doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

LANE, Fernanda Bretones. **Notícias insurgentes: política, escravidão e imprensa periódica em Cuba no contexto das independências ibero-americanas (1810-1823)**. Dissertação (Mestrado em História social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2013.

LIMA, Maria Roseane Corrêa Pinto. **Barbadianos negros e estrangeiros trabalho, racismo, identidade e memória em Bélem de início do século XX**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2013.

MATA, Iacy Maia. **Conspirações da “raça de cor”**: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881). Tese (doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

NETO, José Alves de Freitas. **Retórica Americana**: temas e ideias político-culturais do modelo revolucionário cubano em Casa de las Américas. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

PAIS, Rafael Dias Moreira. **As disputas pela definição do compromisso intelectual na revista Casa de las Américas (1960-1965)**. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão na era da liberdade**: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PEDROSA, Fernando. V. G. **República Dominicana e Haiti**: Tropas Brasileiras em Missões de Paz (1965-2005). Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, Bethânia Santas. **Uma nação em construção**: trabalho livre e soberania no código rural haitiano (1826 - 1843). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2020.

PRATES, Thiago Henrique Oliveira. **"O Mundo Não Acaba no Malecón"**: Exílio, Intelectuais e Dissidência Política nas Revistas Encuentro de La Cultura Cubana e Revista Hispano-cubana (1996-2002). Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2015.

QUEIROZ, E. M. **Ao sul da fronteira cimarrón**: o processo de redução dos negros do maniel de Neiba na Ilha de Española (1782-1795). Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROCHA, Sirlene de Andrade. **Destinos traçados e vidas recompostas no Brasil e em Cuba**: demografia e família escrava em perspectivas comparadas; Campos dos Goytacazes e Matanzas, 1790-1830. Dissertação (mestrado em História comparada) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. (Não encontramos esse trabalho para análise)

SANTOS, LUCAS MACHADO DOS. **Educação em nossa América: uma história intelectual das ideias do cubano José Martí sobre educação.** Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SAMPAIO, Maria C. S. C. **Não diga que não somos brancos:** os projetos de colonização para afro-americanos do governo Lincoln na perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil dos 1860. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Rhenan Pereira. **En cada cuadro un comité, en cada barrio revolución:** os cdr e a participação popular na transição socialista em cuba (1960-1975). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2017.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Irmãos do Atlântico.** Escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana (1763-1844). Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHEID, Natália Iglésias Silva da. **As representações da Revolução e do feminino no cinema cubano:** Retrato de Teresa (1979), No hay sábado sin sol (1979), Hasta cierto punto (1983) e Los pájaros tirándole a la escopeta (1984). Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG 2019.

SILVA, Alexsandro de Sousa e. **A câmara e o canhão:** a circulação das imagens cinematográficas entre Cuba e os países africanos (1960-1991). 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2020.

SILVA, Amanda Bastos da. **A Revolução de São Domingos e os embates entre forças abolicionistas e escravistas no longo século XIX:** as contribuições de Marcus Rainsford e Jean-Louis Dubroca. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2019.

SILVA, Graciella Fabrício da. **“O que fazer com Castro”** Time, Life e a Revolução Cubana (1959-1962). Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2012.

SILVA, Junior, Waldomiro Lourenço da **Entre a escrita e prática:** direito e escravidão no Brasil e em Cuba c. 1760-1871. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.

SOALHEIRO, Itamara. **“Cine Sobre Ruedas”:** Expressões Da Cultura Política Comunista Nos Discursos Cinematográficos e Na Organização Do Cine-Móvil Cubano (1961-1971).” Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2011.

SOUZA, Priscila de Lima. **‘Sem que lhes obste a diferença de cor’:** a habilitação dos pardos livres na América portuguesa e no Caribe espanhol (c. 1750-1808). Tese (Doutorado em

História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

TEIXEIRA, Pereira Mariana. **A revista de Avance (1927-1930): um espaço de construção da identidade cubana e de diálogo latino americano** Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. (Não encontramos esse trabalho para análise).